



Fraudes e ligações clandestinas comprometem o abastecimento

Ribeirão Preto flagra 757 fraudes na rede de água em 6 meses

A Secretaria de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (Saerp) registrou 757 irregularidades na rede de abastecimento no primeiro semestre de 2026. Entre as infrações estão fraudes em hidrômetros, ligações clandestinas e outras intervenções que comprometem a distribuição de água e causam prejuízos ao município. As ocorrências mais frequentes foram o descumprimento de ordens de regularização (215 casos), uso de superimãs para adulterar hidrômetros (196), manuseio irregular das caixas de medição (67) e ligações clandestinas (55). As fiscalizações atingiram imóveis residenciais e comerciais. Uma churrascaria foi autuada pela 13ª vez e recebeu multa de cerca de R\$ 17 mil, enquanto uma fábrica de embalagens foi multada em R\$ 10,6 mil por fraude no hidrômetro. As ações ocorreram em diferentes regiões da cidade.

Araras busca centro oncológico com a União

A Prefeitura de Araras se reuniu com representantes do Ministério da Saúde para discutir novos recursos e políticas públicas para o município. Entre as principais demandas apresentadas estão a construção de um centro oncológico, a habilitação do Caps Infantojuvenil, reforço da equipe do Ambulatório de Saúde Mental e verbas para reformas em unidades de saúde. O encontro foi realizado na Casa da Memória e reuniu integrantes da administração municipal. As demandas serão analisadas pelo Ministério.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE ARARAS



O encontro foi realizado na Casa da Memória "Pedro Pessotto Filho"

Jundiaí abre vagas para consultoria gratuita

Empresários de Jundiaí e região podem se inscrever no Programa Agente Local de Inovação (ALI), do Sebrae-SP, realizado em parceria com a Prefeitura. A iniciativa oferece seis meses de consultoria gratuita e individualizada para apoiar pequenos negócios na gestão, produtividade e inovação. Durante o programa, as empresas recebem acompanhamento especializado e participam de encontros de networking. As inscrições seguem abertas até 31 de agosto de 2027. A iniciativa é voltada a micro e pequenas empresas da região.

Araraquara aprova campanha de prevenção

A Câmara de Araraquara aprovou projeto de lei da vereadora Fabi Virgílio (PT) que determina a afixação de cartazes informando que menores de 14 anos não podem consentir relações sexuais, conforme a legislação brasileira. A proposta também prevê a divulgação dos canais oficiais de denúncia e segue agora para sanção do prefeito. Os cartazes deverão ser instalados em escolas, unidades de saúde e outros locais.

Emissão da Nota Fiscal

A Prefeitura de Bragança Paulista regulamentou a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) no padrão nacional. O novo sistema reúne emissão de notas, escrituração eletrônica e guias do ISS em uma única plataforma, adequando o município às regras da Reforma Tributária. O decreto entra em vigor em 1º de agosto.

Obras de Taubaté

A Prefeitura de Taubaté sancionou o novo Código de Obras e Edificações, substituindo a legislação de 1994. A atualização busca simplificar o licenciamento urbanístico, reduzir a burocracia e oferecer mais segurança jurídica a cidadãos e profissionais da construção civil, além de incentivar investimentos no setor.

Data Center Municipal

A Prefeitura de Piracicaba iniciou as obras de reforma e ampliação do Data Center Municipal, que dará mais segurança, estabilidade e capacidade aos serviços digitais da administração. O espaço também atenderá a expansão do videomonitoramento, da Inovia Municipal e dos sistemas utilizados pelas secretarias.

Criança e Adolescente

Sorocaba instituiu o Programa Municipal de Monitoramento e Proteção Integral da Criança e do Adolescente. A iniciativa prevê ações integradas entre saúde, educação e assistência social para identificar casos de evasão escolar, negligência, falta de vacinação e outras violações de direitos. A lei foi publicada no Jornal do Município.

Galera Empresto Sorocaba

A associação Galera Empresto Sorocaba (GES) foi reconhecida como entidade de utilidade pública. A organização promove ações gratuitas de inclusão de pessoas com deficiência por meio do esporte, empréstimo de equipamentos adaptados, doações e atividades voltadas às famílias e à comunidade. A lei foi publicada no Jornal do Município.

Cercamento

O vereador Juninho Boi cobrou ações para cercar e reforçar a fiscalização em um terreno da Austin doado ao município, em Bragança Paulista. Segundo ele, o local tem descarte irregular de lixo, entulho, animais mortos e registros de incêndios. O parlamentar também pediu melhorias em outros pontos da cidade durante sessão da Câmara.



Representantes do setor defendem adequações para ampliar o uso do espaço

Recuperação do Sambódromo de Bauru vai custar R\$ 17 milhões

Execução depende da captação de recursos estaduais e federais.

Da **Redação**

O projeto executivo para a recuperação do Sambódromo Municipal Guilberto Duarte Carrijo, em Bauru, foi concluído e está pronto para licitação. No entanto, a execução das obras ainda depende da captação de recursos. O tema foi apresentado durante audiência pública realizada nesta quarta-feira (22), na Câmara Municipal, por iniciativa da vereadora Estela Almagro (PT).

Segundo a Secretaria Municipal de Infraestrutura, o projeto prevê intervenções para solucionar os problemas estruturais que levaram à interdição do espaço em 2019. As obras foram divididas em duas etapas: estabilização do talude, orçada em cerca de R\$ 4 milhões, e drenagem, recuperação do pavimento e demais intervenções, estimadas em R\$ 13 milhões. O investimento total chega a R\$ 17 milhões, com prazo de execução previsto de 15 meses.

Durante a audiência, o secretário municipal da Fazenda, Everson Demarchi, informou que os recursos não estão previstos no Plano Plurianual (PPA) nem na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Segundo ele, a realização das obras com recursos

próprios exigiria revisão das prioridades do orçamento municipal, sendo a busca por verbas estaduais e federais o caminho mais viável.

Representantes das escolas de samba e do setor cultural defenderam que, além da recuperação estrutural, o projeto contemple adaptações para atender às necessidades atuais do carnaval, como melhorias nas áreas de concentração, recuo de bateria e construção de barracões permanentes para alegorias.

A gerente de Infraestrutura Pública, Fernanda Fabri, explicou que essas mudanças não fazem parte do projeto executivo concluído e poderão ser discutidas em uma etapa posterior.

A vereadora Estela Almagro também propôs ampliar o debate para integrar o Sambódromo ao futuro Parque da Água Comprida. A ideia é reunir cultura, recuperação ambiental e geração de renda em um único projeto, aumentando as possibilidades de captação de recursos públicos e privados.

Representantes do setor carnavalesco defenderam ainda que o espaço seja utilizado durante todo o ano para eventos culturais, esportivos e de entretenimento, ampliando a geração de renda.